

Reflexão & Ação, Vol. 20, No 1 (2012).

Docência e Formação.

Entrevista com Vitor Henrique Paro, por Felipe Gustsack.

Breve currículo: Vitor Henrique Paro possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, USP (1973), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo, USP (1978), doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP (1986), e livre-docência em Educação pela Universidade de São Paulo, USP (1991). Foi pesquisador sênior na Fundação Carlos Chagas e professor titular na PUC SP. Atualmente é professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da USP, onde exerce a pesquisa, a docência e a orientação de discípulos em nível de pós-graduação. Possui 29 capítulos de livros e 14 livros publicados. É autor de: *Administração escolar: introdução crítica* (Cortez), *Gestão democrática da escola pública* (Ática), *Por dentro da escola pública* (Xamã), *Escritos sobre educação* (Xamã), *Reprovação escolar: renúncia à educação* (Xamã), *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino* (Ática), *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação* (Cortez) e *Crítica da estrutura da escola* (Cortez).

Felipe Gustsack – Professor Vitor, o tema dessa edição da Revista *Reflexão e Ação* trata da Docência e Formação, de professores e profissionais que trabalham na educação. A nossa provocação é que você pudesse contribuir conosco em torno de temas transversais, dentro desse campo mais amplo da docência e formação, que são: a identidade do professor; educação como ato coletivo; currículo; políticas de educação; e cultura. Nossa primeira questão diz respeito à ideia da relação entre as políticas e a organização escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – oferece abertura para que as escolas se organizem, inclusive quanto a seus espaços físicos, com maior liberdade e flexibilidade. Entretanto, há poucas iniciativas nesse sentido no Brasil. A que razões o senhor atribui essa carência de iniciativas?

Vitor Paro – Essas carências de iniciativas surgem, de início, na falta de espaço dentro dessas condições. Com pouco investimento de esforços no ensino, há pouco espaço para se fazer alguma coisa. Outra razão é um pouco de inércia com relação à tomada de iniciativas a respeito de uma maior flexibilidade, maior autonomia na própria escola. Ou seja, a escola vive

envolvida em muitos outros problemas e a base de tudo é certa concepção de educação que não acena para isso. Infelizmente as políticas públicas se preocupam muito mais com “avaliações”, que acabam não avaliando nada, mas servem de alibi para não se ter preocupação com uma escola mais viva, com um ideal de educação que deve ser perseguido como formação histórico-cultural mesmo. Na falta dessa perspectiva, acabam escasseando iniciativas que apontam para isso. Então, não basta se ter na LDB, nas leis de um modo geral, o estímulo ou a permissão para se fazer uma educação diferente. Quando chegam as políticas públicas, existem outras “necessidades” que preocupam mais o poder público, e a escola, infelizmente, não está correspondendo a uma educação de verdade.

Felipe Gustsack – Essa é uma ótima consideração, realmente. Quais as possibilidades e limites da formação docente continuada, considerando as políticas públicas e a organização das escolas em geral?

Vitor Paro – As possibilidades são enormes, quando você pensa na natureza da escola, na sua missão, naquilo que se deve buscar. Agora, os limites são também bastante estreitos. Quando se pensa nas políticas públicas atuais, não se vai longe, falando em termos gerais. Existem políticas muito mais localizadas de municípios etc., que vão num sentido diferente, mas de um modo geral as políticas públicas têm limitado tudo isso.

A formação continuada não pode ser minguada, com algumas palestras, algumas soluções bastante pontuais no decorrer do ano; isso é terrível, não resolve nada. Outra política é aquela que pretende essa formação continuada a partir de pacotes, inclusive do próprio Estado. No estado de São Paulo, por exemplo, se fazem pacotes, e a formação continuada está articulada no próprio currículo ou no próprio planejamento do ensino desses pacotes. Hoje o governo estadual manda material impresso para a escola: pacotes de ler e escrever, disso e daquilo, determinando o que o professor tem que fazer. O professor está perdendo a sua liberdade, que, aliás, ele quase nunca teve de verdade. Essa liberdade/autonomia que deveria ter para fazer uma boa educação, ele abre mão dela, ficando por conta de um diretivismo das instâncias superiores incluídos nesses pacotes. É um sistema público muito parecido com o sistema de apostilas, os execráveis sistemas apostilados, só que é feito pelo poder público. Aqui no estado de São Paulo, em minha última pesquisa, que resultou no livro *Crítica da Estrutura da Escola*, verifiquei que havia umas tantas medidas e determinações para orientar o professor de modo a “ensinar” para o aluno as formas de responder a Prova Brasil, provas do Saeb, etc., (Aqui no estado tem também o Saresp, que é o correspondente estadual do Saeb.) São

determinações, são diretivas sobre o modo de responder a esses exames externos, de tal forma que é difícil falar hoje sobre educação. É difícil, inclusive, falar sobre a crítica à educação, sem ter presente esses chamados exames padronizados, que dominam.

Felipe Gustsack – Sim, fica complicado pensar uma educação, uma formação com base na cultura...

Vitor Paro – Não temos hoje objetivo de formar seres humano-históricos, cidadãos que aprendam a ler e a escrever (mas que realmente leiam e escrevam), que tenham acesso à cultura de um modo geral, que tenham acesso à literatura, à arte, a conhecimentos técnicos de ciências, filosofia etc.: fazer-se cidadão, formar-se em sua integralidade, aprendendo não apenas o comum das disciplinas escolares tradicionais, mas aprendendo também a cantar, a dançar, a usar o seu corpo, a discutir, a fazer política, isso que seria uma educação de verdade, a razão de ser de uma educação. Em vez disso, pensa-se no seguinte: como nós mostramos para o público que a educação está boa? Mostramos que a educação está boa com os índices do Ideb e do Saeb e da Prova Brasil? Então, o que a escola tem que fazer?

É preciso formar um cidadão para ser pacífico, um cidadão de direito, respeitador da liberdade do outro, provocador de transformações sociais, um cidadão que faz a vida na sua sociedade e que usufrua do direito que tem. Está em pauta saber se aquele cidadão do teste consegue resolver/responder aos testes, que são de duvidosa qualidade. Respondendo estes testes, em uma escala tal, pode mostrar ao sistema e à imprensa, especialmente a grande imprensa, que a escola está alinhada a esse modo de pensar, que o Estado está investindo mais na educação porque o indivíduo que antes tinha, numa escala de 0 a 10, um índice de 4,1, passou para 4,2. Ora, isto é mais ou menos dizer que antes as pessoas estavam morrendo com dez tiros, e agora estão morrendo só com oito. Isto é, não há qualidade nenhuma. Esse é o negócio a ser discutido. Desgraçadamente não estamos discutindo qualidade, está se discutindo miséria: miséria em cima de miséria, para optarmos se aceitamos essa miséria, horrível ou a miséria um pouco menos horrível.

Eu quero acabar com a miséria, é isso que me interessa em termos de motivação. Não se fala que queremos menos analfabetismo, menos ignorância. É como se quiséssemos ignorância, mas um pouquinho melhor; não se está preocupado em passar de um limite drástico para um limite melhor, mas de 3,2 para 3,4 e assim por diante. É isso que orienta nossa educação, como esses exames externos, que são de qualidade muito ruim. Não dá para dizer que um

aluno que responde aquilo é um bom aluno, ou que ele se formou, se apropriou daquilo que é necessário em termos de cultura.

Aí, a coisa fica muito enganosa porque, se pegarmos uma escola excelente e propusermos esses malditos exames, os alunos certamente passam com uma boa nota e então parece que esse exame é bom, que realmente discrimina. Na verdade, não discrimina nada. O que acontece é que “quem pode o mais pode o menos”: quem tem uma boa formação consegue, inclusive, fazer esses exames, mas não significa que a resolução desses exames identifica uma boa escola.

Então, tudo que se tem no governo em termos de investimento, medidas, programas, iniciativas para se fazer uma escola melhor é o fato de que eles acreditam (ou fingem acreditar) que estão fazendo uma escola melhor, baseados nisso: melhorar a reação, a performance, o desempenho. Eles acham que isso é um bom desempenho: melhorar a performance dos alunos em provinhas.

Felipe Gustsack – Você é contra essas provas?

Vitor Paro – Nada contra a prova, é um dos elementos importantes para se fazer uma avaliação educacional. Mas, primeiro é preciso ver a natureza e a qualidade dessa prova. Quando não se discute isso, e se deixa tudo na mão de economistas, matemáticos, engenheiros, empresários, estatísticos, jornalistas, professores universitários, que pouca familiaridade têm com o fato educativo, então a coisa vai mal. Todos eles se metem a entender de educação, da sociologia, da psicologia da educação, da didática, da avaliação escolar, de todas as ciências da educação. Isso deveria ser feito por educadores, mas bons educadores (porque também a grande parte dos educadores não entende nada disso). Essa gente despense seu esforço para fazer alguma coisa que gasta bastante dinheiro, mas que não está a serviço de um objetivo defensável. Está a serviço do objetivo de dizer que tal governo, tal administração, tal poder público, ou que tal empresa melhorou os índices da educação. Falo de empresas, porque também se meteram todas a fazer demagogia: “Todos pela educação” e coisas parecidas por aí fora; fazendo demagogia em cima da questão da educação, como se estivessem fazendo algum esforço, mas não estão conseguindo fazer nada.

Porque se pegarmos um programa desses, como, por exemplo, o Saeb, que já tem uns vinte anos, e vai hoje fazer uma avaliação de verdade, vai de verdade conversar com uma criança, conversar com alguém que já fez o ensino fundamental, ou o ensino médio, ou com alguém

que está entrando na universidade, vai conversar com a população em geral, buscando saber se aprenderam alguma coisa a mais, verão que não aprenderam nada. Pelo contrário, a escola parece que está pior do que estava antes. Se alguém aprendeu alguma coisa a mais não foi na escola, foi pela *Internet*, entendeu, por jornais ou pelos amigos. A escola ensina cada vez menos e nós continuamos cada vez mais gastando rios de dinheiro nessas políticas, capitaneadas pelo governo federal, que não levam a nada. Então o Saeb não é uma política de melhoria do ensino. É apenas um alibi para não fazer o que importa, que são políticas de melhoria e modernização da escola. Bom, tudo isso é base para responder a sua pergunta sobre o que se faz em termos de formação continuada.

Felipe Gustsack – Entendo... porque também é uma questão de concepção e de política...

Vitor Paro – Assim é que se procura fazer alguma coisa para o professor contribuir para isso, e veja que aí já existe uma premissa falsa, porque quando se fala que a educação não está boa, porque se tem presente que educação é simplesmente passar conhecimento, parece que a educação não está boa porque os professores são ruins: da mesma forma que um jornal não está bom porque não está passando informações que interessam. Quer dizer, confunde-se educação – que é alguma coisa extremamente complexa, específica – com passagem de conhecimento, transmissão de informação. Quanto ao jornal, pode-se dizer que este é o seu papel e pronto, matou a charada. Já no caso da educação não é assim, não se trata simplesmente do conhecimento que está sendo passado ou não passado. Para que as crianças se apropriem de conhecimento de verdade é preciso todo um processo, de maneira que para se fazer educação de verdade não se depende apenas de professor. Inclusive, para o professor ser bom ele tem uma série de outras condições que temos que levar em conta. Por exemplo, quanto ele ganha. Os grandes ideólogos da ideologia dominante dizem que não adianta pagar mais ao professor. Sei que não adianta pagar mais para o professor, porque mesmo que você pague 10 ou 20 mil reais por mês para um cara analfabeto ele não vai alfabetizar ninguém. E não precisa ser gênio nem mesmo se valer dessas pesquisas que são feitas no estrangeiro por gente que vai fazer pós-graduação no exterior, pois já sabemos que não basta porque a educação é um processo muito complexo. Não basta, mas é necessário. Não basta pagar bem, mas **precisa** pagar bem, porque o pagar bem já é reflexo de uma posição, de um modo diferente de pensar a escola, de uma concepção de educação e valorização que se dá para a educação.

Quem paga bem um professor geralmente faz uma boa escola também, geralmente se preocupa com esse professor em termos das condições de trabalho não só pagando bem para ele ter dinheiro para viver e não ter que trabalhar só para ganhar seu dinheiro, mas sim trabalhar porque gosta de trabalhar. Aí, veja, quando se paga bem passa-se a atrair pessoas que vão à escola não só para ganhar seu dinheiro. E no caso do professor é diferente do que pagar bem um metalúrgico, um engenheiro, um auxiliar de escritório, um motorista, apenas porque basta ele ir trabalhar preocupado em ganhar seu dinheiro. O ofício de mestre, de educador, de professor ou de professora não admite isso. Para ser um bom professor ou uma boa professora não se deve ter essa preocupação de salário. Deve-se ganhar um salário digno de tal forma que se vai lá porque se gosta de fazer. Ou seja, não é preciso amar o ônibus para dirigir bem o ônibus, mas é preciso amar a criança, ou, mais do que isso, é preciso amar o trabalho que faz para poder fazê-lo bem... A diferença que existe entre um trabalhador de outra área qualquer e o professor é que o trabalhador pode até amar o seu trabalho, ser fanático por seu ofício, seja um motorista, um metalúrgico ou qualquer outro profissional, mas não precisa disso; se for trabalhar interessado apenas em ganhar seu dinheiro e cumprir sua obrigação, tudo bem; a relação dele com o objeto que ele manipula para fazer o produto de seu trabalho é uma relação exterior.

Os matemáticos, estatísticos, administradores de empresas quebram a cara com a educação porque pensam que é a mesma coisa e não é. O professor tem que ter uma tal condição de trabalho, que lhe propicie gostar do que está fazendo. Ele tem que ter uma relação com o seu educando, que é uma relação humano-histórica; quer dizer, ter uma relação de sujeito com sujeito, ter seu aluno como cúmplice. E, manter essa cumplicidade para alcançar a apropriação da cultura, não é uma coisa fácil. Pois bem, se não é uma coisa fácil exige condições especiais de trabalho. *Grosso modo*, significa um local de trabalho adequado, condições em termos de material disponível como livros, carteiras, giz, materiais lúdicos, *Internet*, computadores, etc.

Além disso, exige-se uma relação dos trabalhadores da educação dentro das escolas que seja uma relação dialógica, na qual as pessoas façam política de uma forma intencional, política no sentido mais amplo da palavra, como convivência entre sujeitos que se afirmam como tais. Então, não se pode ter uma relação de falsidade com colegas quando se quer fazer uma boa formação. Não se pode ter opressão com colegas, nem com alunos. Ora, para fazer isso, precisa-se de um professor que tenha uma boa qualidade na formação. Mas, professores que são formados na USP, nas grandes universidades, que têm uma boa formação humana,

cultural, acadêmica, etc., não são atraídos por essa “coisinha” que se chama escola atualmente. Quando são atraídos, aí sim, se têm pessoas que possam fazer uma boa educação. Além disso, o trabalho na educação não é um trabalho individual, é um trabalho coletivo.

Felipe Gustsack – Sim. Porque é um fazer que se inventa no dia a dia...

Vitor Paro – Por mais que se conheça sobre educação, a cada dia se está aprendendo mais, com seu aluno ou com seu colega. Então, o essencial da formação em serviço, da formação continuada do professor é o próprio serviço, é o próprio trabalho. Há o trabalho que se faz diariamente, algum tipo de avaliação junto com seu colega, um trabalho de grupo. Os alunos estão lá brincando e o professor está conversando. Não basta simplesmente um curso a distância, curso de pós-graduação *lato sensu* ou algo assim. Todas essas coisas podem ser feitas e são boas, não só para o professor, mas para se ter uma cultura mais elevada e assim por diante. É preciso aquilo que o Paulo Freire fez durante algum tempo aqui em São Paulo: os chamados Grupos de Formação de Professores, nos quais os professores tinham tempo, condições de trabalho.

Felipe Gustsack – Salário maior?

Vitor Paro – Um salário adequado que desse para viver como professor, que é diferente de viver como metalúrgico, por exemplo. Viver como professor tem muito mais gasto. Não adianta ensinar a criança a ler e escrever se o professor não pode ler e escrever, porque não tem tempo para isso, não tem condições para isso. Então, um salário digno é mais um investimento na carreira. Mas é preciso também prever tempo e condições para que o professor não passe todo o tempo apenas em sala de aula, para que ele possa conversar com seus colegas em programas de formação. Reúnem-se dez professores para discutir um texto importante de Vigotski, por exemplo, sobre como a criança pensa, etc. Porque muitas vezes não deu tempo de aprender na universidade como Vigotski realmente pensa, como pensa Piaget, por exemplo. É preciso tempo e condições para ler e discutir textos que tratam do modo como tratar as crianças. Ou tempo e condições para discutir os preconceitos... Porque vivemos em uma sociedade preconceituosa, racista, homofóbica etc., pois se essa sociedade é assim inteira. Como vamos quebrar nos professores esses vícios, já que eles também fazem parte dessa sociedade? Vamos fazer com que eles conversem entre si, vamos ler textos críticos que reflitam sobre esse tipo de coisa, para superar isso. Isso é formação continuada.

O sistema de ensino, a secretaria de educação estadual ou municipal pode dar um grande incentivo, se há equipes dentro dessas secretarias que discutam, que preparem formação de professores. Por exemplo, a secretaria pode ter um órgão de imprensa, um jornal ou alguma coisa que equipe as escolas, para os professores terem acesso permanente, corriqueiro, cotidiano à *internet*, com observações, com textos para discussão, para orientação. Quer dizer que dá para fazer uma orientação, temos condições hoje, com técnicas para fazer isso muito bem feito. É outra coisa o assunto de formação em serviço, com essas dimensões. Claro que é diferente pensar nesse sistema para a grande parte dos municípios que, muitas vezes, não têm condições. Mas, os estados, penso que tem condições de fazer.

O estado de São Paulo, por exemplo, que tem mais de 200 mil trabalhadores da educação. São centenas de milhares de professores que precisam de informação. Seria demais ter um instituto, uma faculdade de estudo permanente de educação? O professor poderia ter um semestre sabático, ou algo parecido, para que ele tivesse seu salário pago, para estudar todos os dias e se aprofundar para conhecer. Se se tem verdadeiramente uma política preocupada em formar bem um professor, um professor que forme um cidadão com as mais recentes técnicas e recursos e tudo mais, daria para ter, não digo uma universidade, mas um ensino superior de qualidade que poderia inclusive diplomar esses professores, estimulando-os em suas carreiras. A cada cinco anos ter um semestre sabático, não é um grande custo. Por que isso não é pensado?

Felipe Gustsack – Parece-me ser uma questão de gestão...

Vitor Paro – Sim. Porque: você já viu metalúrgico, bancário, ter semestre sabático? Não. É que na cabeça desses “gênios” que cuidam da educação, de um modo geral, que vêm da empresa, nada disso existe porque estão acostumados com o modo empresarial. Ainda falando de formação em serviço, uma coisa lamentável é a utilização dos chamados sistemas de ensino. Para se ter uma ideia, em trabalho de pesquisadores da USP e da Unicamp apresentado na ANPEd ano passado, vimos que perto de 50% do sistema público de educação dos municípios de São Paulo estão privatizados. Isso significa que o dinheiro que era para ser gasto pagando melhores salários, oferecendo melhores condições de trabalho, esse dinheiro e muito mais é empregado para comprar “ensino” dessas empresas e elas passam a mandar na escola. O professor não tem mais autonomia de planejar a sua aula, pois está tudo feito em apostilas. Essas empresas têm como objetivo, na escola, treinar o professor para que ele consiga – e o objetivo dessas apostilas, desse sistema é esse, como está escrito explicitamente

em documentos – fazer com que as crianças tenham maior desempenho nos exames padronizados. O Estado abriu mão, delegou para essas empresas, um tipo de trabalho que exige a criatividade, a criação, que é um trabalho inédito, pois não existe uma educação igual a outra. Também disso o professor teve que abrir mão porque a educação se automatizou, como os telemarketings que existem por aí, em que a atendente do telefone não sabe o que está falando, só sabe repetir uma fórmula. O professor virou isso. Interessante que uma das cidades, que foi examinada, tem trinta provões durante o ano, todos dados pela empresa, que serve para treinar as crianças, e acaba por não ser mais educação: as crianças estão treinando para responder às provinhas do exame que vai ser feito. Articulado com isso – porque em educação tudo se articula – existe um bônus, que é pavoroso. Então, as escolas fazem esse tipo de coisa porque o que orienta não é um objetivo, um ideal de formar cidadãos, mas é a lei do comércio, da compra e venda, do que rende lucros. Esse sistema está completamente ligado aos escores, aos ranqueamentos das escolas para mostrar o que melhorou e assim vender para outro município, desarticulando o sistema concorrente, porque a competição é muito grande. Então, abrem mão de tudo. Em outra escola examinada, havia um treinamento específico para o preenchimento dos dados pessoais na prova, porque se verificou que muitos dos baixos índices se deviam a que a criança não entendia o que era solicitado no exame ou não era capaz de preencher a bendita da prova.

Felipe Gustsack – Literalmente transformaram a educação em mercadoria, ou produto.

Vitor Paro – Produto não, em mercadoria. Eu quero um bom produto para a escola, sou produtivista nesse sentido, mas que produto?

Felipe Gustsack – Sim. Compreendo. Dois temas nos interessam bastante dentro dessa temática da Docência e Formação, um, falando sobre formação continuada, é essa questão da valorização/desvalorização do docente. E o outro é a questão da autonomia. Mas, eu gostaria de fazer uma consideração em relação a isso. De certa forma, percebemos o que vem acontecendo de longa data neste país, em que o gerenciamento/administração da educação, de um modo geral, é feito de fora para dentro da escola e do sistema. Penso que essa tendência, em parte, acaba interferindo, inclusive, com a própria identidade do professor. Ou seja, como se sente esse professor que está no meio desse processo que no fundo não é educativo e sim

um processo de transmissão de informações? Que identidade esse professor tem como profissional docente? Que docente ele pode ser?

Vitor Paro – Segundo as informações que tenho tido de professores, em função das muitas palestras pelo Brasil afora, principalmente aqueles que mais se tocam com elas, que vêm me contar suas histórias ou as de outros professores, são de comportamentos tristes. O professor de repente falando que não está preocupado com a qualidade da educação porque não ganha nada com isso. Uma das coisas completamente absurdas que acontecem, é ter professores que perguntam: “o que eu ganho com isso?” Como colocar nas mãos de um indivíduo desses a formação de seu filho e depois achar ruim que exista corrupção, os Cachoeiras da vida? O resultado é se ter trabalhador da educação que não se identifica como tal. A minha grande luta tem sido essa. Mas, às vezes, pessoas da esquerda, mesmo pessoas ligadas a uma concepção materialista da história, acham que é uma espécie de babaquice, uma espécie de idealismo quando falamos que a educação é algo específico. Porque existia um discurso ideológico que falava que a educação é sacerdócio e toda aquela conversa mistificadora a respeito do educador. Então, as pessoas que se dizem mais críticas, de esquerda, diante de um discurso como é o meu, por exemplo, no qual defendo que a educação tem, sim, uma especificidade, que ser educador é, sim, diferente de qualquer outra profissão, quando ouvem esse discurso lhes parece que é um discurso também ingênuo porque falta uma análise, até mesmo econômica, bastante materialista, dialética.

O processo de produção pedagógico é diferente do processo de produção de qualquer outra mercadoria de qualquer outro produto, tanto que o processo de produção pedagógico, a rigor, para ser realmente um processo de produção pedagógico que forma cidadãos, não pode ser mercadoria. Os outros produtos quase podem, a própria religião que é vendida e comprada como mercadoria pode ser vendida e comprada como mercadoria sem você violentá-la, como muitas outras coisas. A educação não. Se você a transforma em mercadoria, que tenha como seu móvel, como sua maneira de existir, como sua essência, ser uma coisa de compra e venda simplesmente, cuja razão de ser é apenas valorizar-se, ou medir-se com o valor econômico diante dos outros, ela não funciona.

Para se compreender isso, basta lembrar que um produto qualquer é formado sempre por meios de produção e força de trabalho. Meios de produção são as condições objetivas para se realizar um produto e se dividem em objeto de trabalho e instrumentos de trabalho. Objeto de trabalho ou matéria-prima é aquilo que é modificado, que é transformado, que compõe determinado produto. Por exemplo, uma tábua é um objeto de trabalho que se transforma em

mesa no processo de trabalho. Pois bem, além desse objeto de trabalho, existe uma mediação que é o instrumento de trabalho ou instrumento de produção: um serrote, um martelo, uma máquina e assim por diante; é aquilo que se manuseia para transformar o objeto de trabalho. Além desses dois elementos, que nós chamamos de meios de produção, existe um outro elemento que é a energia que se despende para realizar esse trabalho. Essa energia que se gasta é o esforço humano para fazer o trabalho, aquilo que no sistema capitalista chamamos de força de trabalho que é a energia vital, física e mental, que se despende para fazer isso.

No processo de produção, de um modo geral, o produto do trabalho tem que seguir determinada lógica: os meios devem ser adequados aos fins, e é preciso se ter instrumental necessário. Acontece que todo produto que vira mercadoria é um objeto, objeto no sentido contrário ao de sujeito. O sujeito é aquele que faz, dono de sua vontade, que aplica sua vontade na realidade circundante. O objeto é aquele que é usado pelo sujeito. Então, uma mesa é um objeto, a maneira que se vai produzir tem que ser coerente com o objetivo que se tem em mente, que é o objeto. No caso da educação, o processo segue todas essas regras, mas são elementos e objetivos completamente diferentes. Aí é que está a especificidade, o específico da educação, que tem que ser levado em conta. O objeto de trabalho na educação, o que tem que ser transformado ou que se transforma no seu produto, é um sujeito, não é um objeto qualquer, é um ser também de vontade. A tábua não tem vontade para ser mesa. A complexidade consiste nisso, a educação se diferencia de todo restante dos afazeres do mundo precisamente porque o produto é alguém que se pronuncia diante do mundo, que é um sujeito, é um ser humano-histórico. Este sujeito não é simplesmente manipulado como é o objeto do trabalho de um modo geral, ele não é manipulável como uma tábua. O objeto de trabalho da educação, o educando, o aluno, aquele que aprende, só aprende se mantiver essa condição de sujeito, porque tem que se produzir um sujeito, que é um ser humano-histórico, e o que caracteriza um ser humano-histórico é o fato de ele ser um sujeito.

Aí é que está o busílis, como se diz. Ou seja, não dá para o trabalhador da educação, no caso o professor, ter a mesma atitude, a mesma exterioridade que tem outro trabalhador qualquer. Ele só consegue ter sucesso, fazer com que o educando aprenda, se o educando quiser, se tiver vontade. Para que ele tenha vontade, é necessário um envolvimento, ter uma relação histórica humana, que não exige apenas que se tenha uma técnica para fazer as coisas, é preciso ter ética, desejo, sonho, emoção. O professor tem que seduzi-lo, precisa tê-lo como cúmplice nesse trabalho. Aí está sua especificidade, e uma empresa chamada “escola”, para atrair esse tipo de trabalhador, precisa dar condições para ele, e é o que normalmente não se faz. Uma

das condições é sua autonomia. Autonomia que é muito parecida com a do artista, que não faz de uma forma mecânica as coisas como faz um trabalhador braçal, de um modo geral, ou alguém que está simplesmente repetindo alguma coisa. O artista cria, ele faz surgir da realidade algo que não existe. Cada nova relação que se tem com o educando é uma criação nova, então, é preciso ter autonomia para se fazer isso, como todo artista. Esse é o aspecto artístico e específico do professor, único. Pensar, por exemplo, em um pianista, músico, com todo seu conhecimento que passou a vida inteira aprendendo a tocar piano, música etc., mas quando ele senta diante do piano e começa a tocar, entra sempre alguma coisa nova, a cada execução entra alguma coisa dele que é nova, que o faz diferente, o faz único, que o faz artista, que o faz até famoso.

Veja só que interessante. Para o pianista as pessoas defendem e acreditam nisso, no Picasso as pessoas pensam nisso, porque a sua autonomia lhe permitiu ser bom naquilo que faz, ter sua identidade. No professor, como são milhares, não se percebe, não se busca essa coisa única que ele tem que ter, essa conformação da identidade. Por exemplo, um secretário de educação como o nosso, que é engenheiro mecânico, aborda a educação como se fosse uma coisa qualquer. Então, em vez de se ver a escola em sua totalidade e oferecer condições para ela funcionar bem, se identifica o problema como sendo a má qualidade do professor. E se pensa, como se pensa em qualquer empresa: “se o professor não está bom vamos despedi-lo, vamos fiscalizá-lo, vamos colocar a culpa no professor”. E, com base nisso, se procura fazer a formação, Como se faz essa formação? Ah, tem uma empresa formadora, vamos pagar essa empresa. E gasta dinheiro com a empresa e pensa que está fazendo alguma coisa. A questão é que a educação é diferente. Então, essa crise de identidade do professor é resultado da crise da própria escola que temos.

Concordo plenamente com você, de que a administração continua sendo feita de fora. O livro que me tornou conhecido, *Administração Escolar: introdução crítica*, trouxe exatamente isso de novo. Ou seja, mostrar que toda a teoria da administração até então, com raras exceções – que são exceções de quem não era exatamente teórico da administração, por exemplo, um Pistrak, um Makarenko, um Anísio Teixeira etc., – toda teoria reconhecida de administração, era falsa porque se calcava em uma empresa do sistema produtivo, e aí ela errava porque não levava em conta o específico da educação. Por isso, o trabalho do pesquisador, do pensador em educação é entrar no meio desse monte de fios emaranhados e ver a que eles levam.